

Raymond Aron e a importância dos exércitos

Adriana Iop Bellintani*

Raymond Aron (1905-1983), renomado sociólogo francês, ao examinar as relações internacionais, enfatiza a importância das articulações diplomático-militares, inseridas nas relações de poder. O teórico desenvolve uma investigação sobre a obra de Maquiavel (Maquiavel, 1986) Clausewitz, (Aron, 1993) e Augusto Comte (Aron, 1993), refutando ou enfatizando os aspectos mais relevantes de suas idéias. Aron produz inúmeros textos sobre as relações entre guerra e paz, sobre a importância do regime militar em estados com unidade política constituída, e sobre a vontade de soberania, intrínseca a todas as nações, no cenário internacional.

As análises realizadas por Aron têm como foco central a discussão sobre a relevância do pensamento desses teóricos, acima citados. Um dos importantes diferenciais de sua obra reside na tentativa de associação entre saber sociológico e o conhecimento histórico, e na busca de distanciamento de qualquer influência ideológica prejudicial à análise e/ou fuga do empírico. Acredita que a teoria tem por tarefa a definição do objeto de estudo, sem que isso implique a necessidade de colocá-lo no interior de um campo ideológico. Na perspectiva de Adriano Moreira (MOREIRA, 2005: 15-20), Aron é um realista, como Maquiavel. E essa política realista, encontrada tanto em Maquiavel, como em Aron, apresenta-se não apenas como uma leitura dos fatos, mas também como uma vontade espiritual de não se prender ao idealismo, mas de raciocinar e pensar a realidade. Em razão disso, ambos priorizam o cálculo político: Maquiavel é um dos pensadores que observa a sucessão dos fenômenos e elabora, a partir dela, seus conselhos sobre a forma de ação em determinadas situações.

Nesse contexto, uma das principais características do realismo é a importância por ele conferida ao poder. O poder é colocado no centro da vida política, estando, conseqüentemente, ligado às relações internacionais contraídas pelos estados: torna-se, assim, elemento essencial à política interna e externa de todo país.

O poder, para Aron, traduz-se como a capacidade que um estado possui de influenciar a conduta de terceiros. A relação de poder entre as nações pode variar de

* Bolsista pós-doutorado Junior CNPq e UnB.

acordo com a natureza dos interesses e conflitos que se estabelecem na posse dessa vontade. Toda a unidade política busca persuadir uma segunda e materializa essa influência através do exercício do seu poder de coesão, que perpassa as esferas econômica, política e militar.

Em que pese Aron ser reconhecido como um discípulo de Maquiavel, não se deve subestimar a influência que sofreu de Clausewitz, sendo, por isso mesmo, considerado um neoclausewitziano. Ainda que possuam bases empíricas diferentes, a guerra é vista por ambos como complexo objeto de estudo que possui relações de relatividade com a paz. Um dos pontos importantes de divergência entre eles reside no fato de Aron considerar o político e o militar como pertencentes à mesma esfera de importância, enquanto o prussiano pensa que o político goza de supremacia sobre o militar (Aron, 1979).

A vida internacional desenvolve-se através do exercício das esferas de poder em que cada estado está inserido, sendo a guerra um fator autonomizador no movimento das relações interestatais. A partir dessa premissa, Aron passa da macro-análise a um entendimento mais específico dos fatores: examina as figuras do diplomata e do soldado, bem como os papéis que ambos desempenham nas relações internas de poder, antes de transcenderem como expoentes de representação do estado na política externa.

Em sua análise, Aron não deixa de perceber o valor do indivíduo em relação à conjuntura interna do estado, bem como o papel desempenhado por suas paixões e aspirações. Para que determinado grupo político se mantenha no poder, ele precisa não só entender, como falar na perspectiva da comunidade que representa. Para o pensador, a diferença entre político e militar é artificial. Usa como justificativa para sustentar sua posição o fato de o combatente emanar da mesma sociedade que os civis e ter os mesmos desejos e objetivos que esses, porque é proveniente da mesma conjuntura social, política e cultural.

Aron acredita ser a ordenação da força armada necessária para a autonomia do estado. A disciplina e a hierarquia militar são vistas por ele como fatores preponderantes para a manutenção da tropa coesa; daí a relevância do estabelecimento de normas e da imposição do cumprimento de ordens. A obra *Paz e guerra entre as nações* (Aron, 1986), é dedicada à análise das relações político-militares que permeiam a vida interna e externa de um estado.

O exame de seu trabalho centra-se na leitura crítica que executa e nas lições por ele legadas em *Paz e guerra entre as nações*, bem como em algumas considerações suas localizadas em outras importantes obras de sua autoria. É preciso ainda aqui ressaltar que Aron acredita na perenidade das doutrinas e dos fenômenos políticos.

Aron e a importância dos exércitos

Raymond Aron fornece um importante subsídio à sustentação de algumas posições, dentre elas, destacam-se a importância da guerra e, conseqüentemente, da força militar, a relatividade entre o político e o militar, a necessidade de disciplinar e adestrar a força de combate e a consideração do poder militar como força pertinente para a autonomia internacional do estado.

Assim, a partir do pensamento de Aron, procuram-se aqui melhor definir algumas questões: por que é importante para o estado criar e manter um poderio armamentista? O que significa para um país ter um exército forte na esfera da política interna? E, na externa? Por que armar, ordenar e disciplinar o exército? De que maneira os poderes político e militar se fundem?

Aron acredita na interdependência entre o político e o militar: tratam-se, para ele, de dois poderes que se precisam mutuamente, porque a política condiciona a estratégia e a tática, razão pela qual a separação entre ambos é artificial: *a guerra é a política por outros meios*. (Aron, 1986: 14) No interior de um estado, o antagonismo civil-militar desaparece quando a questão do valor de cada setor se funde e se interliga: “o valor militar, demográfico e econômico de uma terra muda com as técnicas de combate e produção, com as relações humanas e as instituições”. Aron, 1986: 12)

A conduta das operações militares está diretamente subordinada aos desígnios políticos de cada estado, de cada unidade política. Quanto mais as ordens se afastam do teatro de operações e se aproximam do comando maior, mais influências políticas sofrem. Em decorrência dessa constatação, conclui: “O pensamento estratégico nunca está separado do pensamento político”. (Aron, 2006: 1047). A guerra é fenômeno complexo que está em relação de relatividade intrínseca com a paz.

As técnicas de combate estão articuladas a muitas variantes, tais como o desenvolvimento da indústria bélica e a própria tradição do país; são, portanto, relativas, uma vez que sua eficácia depende do inimigo contra quem as emprega e do período histórico em que são utilizadas. Segundo Aron (Aron, 1986: 116):

No período de entre-guerras, a técnica de combate e a organização do exército tornavam a mobilização geral legítima e possível. Todos os cidadãos em estado de combater podiam ser postos em armas, desde que a indústria os equipasse. Como a regra era a mobilização total, o potencial da força militar passava por proporcional ao potencial econômico.

A indústria e as técnicas de combate possuem papel relevante no adestramento da tropa e, conseqüentemente, na escolha da estratégia a ser empregada durante o confronto. Mas um combate ou um combatente não devem ser definidos pelo método utilizado. Tampouco se podem estabelecer juízos de valor sobre determinado exército pelas armas ou táticas empregadas no confronto. Um exemplo latente é a guerra do Vietnã, na qual o bem equipado soldado americano se deixa vencer pelo mal equipado guerrilheiro vietnamita.

A guerra e a política caminham juntas e se formam de modo interdependente: a guerra corresponde às intenções políticas, e a política depende dos meios de guerra disponíveis. O fim da guerra se dá quando o adversário se submete à vontade do estado vencedor; a vitória ocorre pela imposição de uma vontade sobre uma outra unidade política. O inimigo tem que se curvar, se submeter frente às imposições do estado preponderante, o que, muitas vezes, acaba por confundir o desejo de força com o desejo de vitória. A esse respeito, Aron alerta (Aron, 1986: 129):

Quando os estados se engajam em luta, surge o risco de que a vitória militar se torne um fim em si mesmo, fazendo-os esquecer os objetivos políticos. A vontade de vitória absoluta, isto é, uma paz ditada soberanamente pelo vencedor, é muitas vezes a manifestação do desejo de glória mais do que do desejo de força.

As relações entre os estados (interestatais) ocorrem por duas vias: a diplomática, em tempos de paz; e a militar, em tempos de guerra. Dessa maneira, Aron atualiza as figuras do diplomata e do soldado, como representantes legais das coletividades: “o diplomata, no exercício de suas funções, é a unidade política em nome da qual fala; no

campo de batalha, o soldado é a unidade política em nome da qual mata o seu semelhante”. (Aron, 1986: 52).

O diplomata, como encarregado de persuadir o outro através de sua oratória e de seu poder de convencimento, é o agente que atua em tempos de paz. E, quando não alcança os objetivos que lhe são confiados, é também quem ameaça com a guerra. A guerra é o último recurso da diplomacia, tanto do ponto de vista dos homens de estado, que tomam a decisão, quanto na ótica dos sociólogos, que interpretam o comportamento dos homens de estado. (Aron, 2006:881). A paz e a guerra estão em constante articulação, são duas faces da mesma moeda: na paz, negocia-se para evitar a guerra; na guerra, luta-se para estabelecer a paz.

Paz e guerra fazem parte da dialética internacional entre as nações, sejam elas mais ou menos equipadas, ricas e desenvolvidas: o diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra. (Aron, 1986: 52) A paz, seja ela de que tipo for, existe na mesma proporção que a guerra, classificada por Aron, como *interestatal*, quando é travada entre dois estados, ou como *superestatal*, quando ocorre entre blocos antagônicos.

Aron destaca três elementos de análise que desafiam a ciência política: (1) a determinação do campo diplomático; (2) a identificação das relações de poder que se estabelecem no campo diplomático; (3) a identificação mais clara da técnica de guerra a que os governantes se referem para impor sua posição no jogo das relações internacionais. (Aron, 1986: 881).

A diplomacia emprega a persuasão, o convencimento para obter seus objetivos sem a utilização da força, ao passo que o soldado usa a estratégia. A estratégia de guerra precisa definir quais os objetivos a serem atingidos com o conflito, a natureza do inimigo e os meios disponíveis para a luta. Mesmo que um exército seja bem preparado e equipado, sempre existe o risco, o imprevisto, a surpresa. Segundo Aron, “a guerra é um jogo. Exige ao mesmo tempo coragem e cálculo”. (Aron, 1986: 71)

O cálculo é avaliado não apenas pelo meio militar, mas também pelo político, pois: “a guerra é ato político, surge de uma situação política e resulta de uma razão política”. (Aron, 1986: 71). Em caso de guerra, três elementos são substanciais: as armas, o efetivo e a ação coletiva. Deles depende a defesa nacional que possui sua doutrina estratégica, formulada pelo político e pelo militar. Os meios empregados em

campo de batalha e a ação tática são uma escolha dos comandantes militares, mas a estratégia de guerra sofre influência direta do poder político. O objetivo da tática é vencer a guerra; o da estratégia é alcançar as metas políticas. (Aron, 1986: 71).

O poder político manifesta-se pela aplicação da força. Aron não deixa dúvidas quanto à diferença entre poder e força; denomina de *força potencial* os recursos humanos, materiais e morais de um estado e de *força real* os recursos efetivamente utilizados, em caso de conflito. O poder é a aplicação da força, do ponto de vista militar, econômico e político. Segundo Aron: “o poder é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais. Em poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas uma relação entre os homens” (Aron, 1986: 99).

Nessa relação de poder, as alianças e as inimizades são, na maioria dos casos, temporárias e determinadas pela relação de força. As nações relacionam-se e competem entre si neste jogo internacional. O sistema internacional é constituído pelas unidades políticas que podem sempre ser agentes propagadores de guerra. Daí por que as forças disponíveis pelo estado devem estar em constante mobilização. Após a definição da doutrina de defesa nacional, os poderes militar e político determinam a doutrina estratégica a ser empregada e postulam as missões políticas que devem ser executadas pelos militares. É, em razão disso, que Aron acredita não existir separação entre o político e o militar: A política não comanda apenas a concepção do conjunto da guerra. Em certos casos, determina também uma batalha, os riscos que os chefes militares devem aceitar, os limites estratégicos impostos às iniciativas táticas (Aron, 1986:86)

A constante mobilização, trabalhada e exercitada pelas forças armadas, são simulações de casos de guerra que atendem aos interesses da estratégia, de acordo com a doutrina militar e o pretenso inimigo que tem em mente. O adestramento, nesse caso, consiste em exercitar, no teatro de operações, o que realmente os combatentes podem vir a ter que executar, em caso de conflito armado.

Nesse sistema de inter-relação político-militar, conclui Aron, a qualidade da força a ser empregada é definida pelo político. Assim, afirma: “Ninguém duvida de que a qualidade da classe militar e a eficiência do exército sejam influenciados pelo regime político e pela psicologia da nação”. (Aron, 1986: 119). O militar representa um determinado setor da sociedade; ele provém da sociedade, assim como o político, e as ordens militar e política são as mantenedoras da estrutura social. Conforme Aron: Cada

aparelho militar é a manifestação armada de uma dada hierarquia social, ou ainda, para inverter a fórmula, é a ordenação militar de uma certa sociedade, levando em conta a eficácia das armas e de suas diversas combinações. (Aron, 1986: 228).

Em toda sociedade, o exército é a expressão das relações de classe. A estrutura interna do estado é importante, pois a política interna e externa caminham juntas. É preciso equilibrar e manter as forças internas para se obter a política de poder, cujo caráter é internacional. (Aron, 1986: 737) .Quando, em tempos de paz, as dissidências não se resolvem pela diplomacia, então o último recurso a ser utilizado é a guerra: A guerra é o choque de condutas organizadas, uma prova de força entre as “equipes”, cada uma das quais pretende levar a melhor sobre a outra mediante a multiplicação do vigor de cada combatente pela disciplina do conjunto. (Aron, 1986: 448).

O objetivo do combatente ou da batalha é levar vantagem sobre o adversário ao explorar o êxito militar. Nessa direção, a disciplina é tida como um fator preponderante para a obtenção dos propósitos de guerra e para a formação de bons quadros militares: sem a disciplina, não é possível a vitória. Mas, para Aron, a disciplina é a expressão da hierarquia social, devido às relações humanas que os combatentes contraem entre si e com as classes sociais.

Conclusão

Dentro do estado, os meios econômico, político e militar estão interligados e derivam das classes sociais. Esses agentes são identificados por Aron como os propulsores da força de uma unidade política: através do desempenho de cada um deles, chega-se a diferentes graus de poder. O cenário internacional é composto por países que se situam em diferentes escalas de poder ou potencial, o que acarreta maior ou menor poder de coação frente aos conflitos em âmbito interestatal.

É através da ameaça e da força armada que um estado consegue impor sua vontade sobre os demais. Para Aron: “A coação tem sido inseparável da política”. (Aron, 1986: 925) A capacidade de equilibrar ou conter a força de outros estados depende das condições de um estado de se sobrepor à vontade do outro. O estado é detentor do monopólio da violência legítima, e, como tal, possui o exército com a

função de combater o inimigo externo, seja qual for a natureza ideológica deste estado. (Aron, 2006: 1019).

A estratégia político-militar tem preponderância em todos momentos das negociações (coação e ou persuasão) e do conflito armado, salvo, segundo Aron, a seguinte exceção: “a inteligência estratégica e o esforço de persuasão só são reduzidos à impotência nos momentos extremos do combate”. (Aron, 1986: 920).

A relação político-militar está intrinsecamente ligada à inteligência estratégica e é elaborada pelas duas esferas de força. Pode-se considerar que a conduta da guerra se faz pelo poder civil e a conduta das operações de guerra pelo poder militar, sem esquecer, não obstante, como lembra Aron, que não há uma separação, a não ser de forma artificial, entre o poder político e o militar. Portanto, é difícil, senão impossível, identificar a linha divisória entre conduta de guerra e conduta de operações. Sobre essa distinção, Aron afirma (Aron, 2006: 700):

À medida que se sobe do nível do comando de pelotão para o estado maior geral, as ordens são cada vez mais influenciadas por considerações políticas e pela pluralidade dos objetivos, vinculando-se não apenas à situação local, e as operações específicas a serem executadas, mas a totalidade da campanha e à própria guerra.

Acompanhando a linha de pensamento de Aron, pode-se concluir que um estado, para ter prestígio e gozar da consideração internacional, precisa desenvolver e fortalecer suas forças internas, que perpassam o econômico, o político e o militar.

Nessa complexa relação entre o exército e a política, Aron atribui ao estadista o papel de pessoa chave, de quem depende a tomada de decisão sobre os rumos durante o conflito: “a figura sobre a qual recaem as maiores exigências da guerra, é ele que se vê compelido a servir de mediador entre as exigências da guerra e as necessidades da política”. (Aron, 1986: 56-57)

Referências Bibliográficas

ARON, Raymond. **Les sociétés modernes**. Paris: Gallimard, 2006.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB, 1986.

ARON, Raymond. **Pensar a guerra Clausewitz: a era planetária**. Brasília: UnB, 1986.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARON, Raymond. **Sur Clausewitz**. Paris: Éditions Complexe, 2005.

ARON, Raymond. Presença de Clausewitz no século XX. **Military Review**, n. 728, p. 56-57, nov./dez. 1986.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. Brasília: UNB. 1979.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das relações internacionais**. Coimbra: Almedina, 2005.